

O GÊNERO MICROCONTO E O LETRAMENTO LITERÁRIO ANTIRRACISTA NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA

THE MICRO-STORY GENRE AND ANTI-RACIST LITERARY LITERACY FROM A HISTORICAL-CRITICAL PERSPECTIVE

 <https://doi.org/10.63330/armv1n6-004>

Submetido em: 23/07/2025 e Publicado em: 18/08/2025

Swelen Freitas Gabarron Peralta

Mestre em educação

Universidade Tuiuti do Paraná

E-mail: swelenf@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2802-7370>

RESUMO

O artigo desenvolve-se a partir da prática pedagógica realizada nas Vivências Pedagógicas oferecidas aos professores da Rede Municipal de Ensino de Araucária em fevereiro de 2023. Procurou-se, nesta oficina, contextualizar os docentes sobre os conceitos propostos, os quais iremos apresentá-los de maneira breve no decorrer do trabalho. Adiantamos que miniconto, ou microconto, ou nanoconto, é uma espécie de conto muito pequeno, produção esta que tem sido associada ao minimalismo. O miniconto apresenta uma narração dentro de apenas uma linha. A ideia é que no mínimo de palavras possíveis, seja apresentado todo um contexto e uma ação em torno do pouco que é revelado por aquelas palavras. Já letramento literário é o processo de apropriação da literatura enquanto linguagem e antirracista é o indivíduo que se insere, deliberadamente, em um processo de ação e oposição ativa ao racismo. A partir desses conceitos, os professores refletiram sobre sua prática pedagógica, pautada nos conceitos da Pedagogia Histórico-Crítica, que é o embasamento teórico deste município, e por fim, puderam realizar a escrita de um microconto com o enfoque da discussão. Para tanto, a atividade foi realizada sob o enfoque de teóricos que permeiam seus estudos, em algum momento na prática antirracista.

Palavras-chave: Microconto; Letramento literário; Antirracista; Pedagogia Histórico-Crítica; Prática pedagógica.

ABSTRACT

The article is based on the pedagogical practice carried out in the Pedagogical Experiences offered to teachers from the Araucária Municipal Education Network in February 2023. This workshop sought to contextualize the proposed concepts for teachers, which we will briefly present in the course of this paper. We would like to point out that a mini-story, or micro-story, or nano-story, is a very short story, a form of writing that has been associated with minimalism. The mini-story presents a narrative in just one line. The idea is that, with as few words as possible, an entire context and action are presented around the little that is revealed by those words. Literary literacy is the process of appropriating literature as language, and anti-racist is the individual who deliberately engages in a process of action and active opposition to racism. Based on these concepts, teachers reflected on their pedagogical practice, guided by the concepts of Historical-Critical Pedagogy, which is the theoretical basis of this municipality, and finally, they were able to write a micro-story focusing on the discussion. To this end, the activity was carried out with a focus on theorists who permeate their studies, at some point in anti-racist practice.

Keywords: Microstory; Literary literacy; Anti-racist; Historical-critical pedagogy; Pedagogical practice.



1 INTRODUÇÃO

O microconto é uma derivação do gênero literário conto. Este surgiu dinamizando e minimizando a escrita, pois em poucas linhas e palavras conseguimos fazer uma história, muitas vezes com começo, meio e fim, pois há todo um universo de possibilidades que estas pequenas frases nos fazem percorrer. Apesar da proximidade com o conto, o microconto bebe em todos os gêneros e formas de expressão artística, assim, enriquecendo-se. O emprego dessas nomenclaturas, mini, micro, nano, se intensificou há pouco tempo, com a força da difusão em livros, blogs, twitters e outras redes sociais, entretanto, são raros os debates e estudos teóricos, principalmente, sobre microconto.

Muitos pesquisadores da área da literatura subsidiam seus estudos por meio do conto, ficção, haicais e ou outros gêneros de pequeno porte, mas de grande complexidade.

Carlos Seabra, em seu artigo “A onda dos microcontos”, afirma que a “micronarrativa tem ingredientes do nosso tempo, como a velocidade e a condensação [...]” (p. 01). Há o poder da concisão, mas a liberdade da prosa. O desafio é contar uma história em poucas palavras. Existem autores que estipulam o limite de até cento e cinquenta toques para os microcontos (contando letras, espaços e pontuação) e trezentas palavras para os minicontos; e outros, seiscentos caracteres. Nada é rigoroso, depende do escritor ou dos critérios editoriais. O limite de cento e cinquenta caracteres, a princípio, foi estabelecido porque cabe no formato de texto do celular.

Partindo dessa dinamicidade, elencamos esse gênero para apresentá-lo como proposta de atividade para as crianças/estudantes da rede municipal de ensino de Araucária com o enfoque na prática do letramento literário, este que consiste em uma continuação da alfabetização propriamente dita, ou seja, o processo de letramento da criança é realizado com o auxílio dos textos literários. Muito mais que ler, manusear e/ou escrever, quando falamos em letramento literário, estamos nos referindo a literatura e aos seus clássicos.

Diante disso, numa sociedade dividida em classes, torna-se a escola e o ensino essenciais para a formação de sujeitos capazes de se posicionar criticamente, pensar e ampliar seu conhecimento sobre questões relevantes para si e para sociedade a fim de transformá-la. Portanto, é compromisso da educação a formação humana dos indivíduos. Para esse fim, a literatura torna-se essencial, pois possibilita uma reflexão dialética sobre a problemática humana, o conhecimento de outras formas de pensar e lidar com situações diversas, o conhecimento de outras culturas, a aproximação com as inúmeras possibilidades de apresentação da palavra.

Como temática para a compreensão e composição do gênero literário em questão, elencamos o papel que o racismo vem desempenhando na sustentação do capitalismo, assim, só é possível uma educação para a transformação social se ela se pautar em uma pedagogia antirracista. O enfrentamento ao capitalismo perpassa pelo enfrentamento ao racismo, uma vez que o segundo é elemento estruturante das relações de



destruição que caracterizam o primeiro. Nesse caso, acredita-se que, para além de uma educação para as relações étnico-raciais, é necessária a construção de uma pedagogia que se comprometa com a luta contra o racismo como sistema de poder.

Para subsidiar nossa discussão sobre a temática, utilizamos autores como Soares (2010), Cosson (2009), Candido (2011), Saviani (2010), Costa (2021), Munanga (2002), ainda artigos de revistas, teses e dissertações sobre o conteúdo.

2 A LITERATURA E A IMPORTÂNCIA NO ANTIRRACISMO

Antes de adentrarmos aos conceitos literários, vamos discorrer sobre a importância de discutirmos sobre o antirracismo. Segundo Pinho:

A luta por uma educação para as relações étnico-raciais contou com vitórias importantes do ponto de vista de políticas públicas, como a aprovação da Lei 10639/03 e da Lei 12711/12 (instituiu a reserva de vagas em Instituições Federais de Ensino). Entretanto, estimativas demonstram que as políticas de ações afirmativas voltadas para a população negra, que incluem a educação das relações étnico-raciais, ainda não são suficientes. Ou seja, a superação do racismo perpassa por políticas públicas de educação das relações étnico-raciais, mas depende de uma luta que confronte as estruturas sociais. Na essência, isso dá sentido ao pensamento de Angela Davis (2018), que defende a centralidade da luta contra o racismo, para além de um posicionamento não racista. (Pinho, 2020, p.32)

Ressaltamos que as relações étnico-raciais são aquelas vivenciadas entre os diferentes grupos sociais e as pessoas que compõem esses grupos, munidos de conceitos e ideias das semelhanças e diferenças referentes ao pertencimento racial desses indivíduos e dos respectivos grupos aos quais pertencem. Em uma sociedade que foi construída a partir da hierarquização de seres humanos sob o conceito político-ideológico de raça, uma educação para as relações étnico-raciais é um princípio fundamental que vem sendo defendido não apenas por movimentos sociais, mas também por estudiosos das relações étnico-raciais.

Portanto, acreditamos que o papel da educação defendido pela teoria exposta por Saviani (2013) é o ideal para que a pedagogia antirracista aconteça no âmbito escolar, pois só é possível uma pedagogia transformadora se ela também for antirracista.

Para que possamos pensar em uma pedagogia antirracista, temos que reconhecer as relações de poder que engendraram na sociedade desde os primórdios. A burguesia sempre colocou a educação na sua generalidade, não dando espaço para pautas específicas, pois estas eram ignoradas, visto que a sociedade era extremamente conservadora e os negros não eram vistos como seres humanos. O mesmo acontece no capitalismo, pois devemos entender o que se é pensado hoje no que diz respeito ao conceito de raça, conceito esse, elencado por brancos, e que na época do Estado Novo foi difundida a ideia da miscigenação e de que todos são iguais.



Esse discurso foi e ainda é difundido, dificultando, dessa forma, a identificação de práticas racistas, pois dificilmente para não dizer raramente uma pessoa branca irá denominar-se racista.

Pinho (2020) reflete ainda que:

Uma pedagogia antirracista deve assumir que o conceito social de raça é eixo que estrutura as relações capitalistas e, assim, estrutura as relações sociais sob as quais as teorias se constroem. Por isso, em uma educação antirracista é fundamental compreender que todos os indivíduos foram racializados em sua socialização, e por isso experienciam lugares sociais de privilégio, quando brancos, ou de subalternidade quando não brancos. Racializar a teoria educacional significa assumir raça como categoria de análise na construção de uma pedagogia revolucionária porque permite que se possa desconstruir o mito de democracia racial e construir uma educação para as relações étnico-raciais. (Pinho, 2020. p. 39)

Poderíamos nos estender em vários conceitos sobre raça e cor, branquitude e privilégio branco, mas não é esse o foco central do presente trabalho. Acreditamos que para que possamos transformar a prática pedagógica em sala de aula devemos ter compromisso político de lutas, não apenas por meio de uma atitude teórica e reflexiva, mas de um compromisso político com a melhoria da vida das pessoas, principalmente das em situação de vulnerabilidade que são na maioria negros. Isso é o que esperamos da luta antirracista dentro e fora da escola.

Partindo desse posicionamento crítico, dialético e contra hegemônico, identificamos no letramento literário como explicita Cosson (2014):

O letramento literário, conforme concebemos, possui uma configuração especial. Pela própria condição de existência da escrita literária, o processo de letramento que se faz via textos literários compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também e, sobretudo, uma forma de assegurar seu efetivo domínio. Daí a sua importância na escola, ou melhor, a sua importância em qualquer processo de letramento, seja aquele oferecido pela escola, seja aquele que se encontra difuso na sociedade. (Cosson, 2014, p. 10)

O letramento literário, conforme continua Cosson (2014) “é diferente dos outros tipos de letramento, porque a literatura ocupa um lugar único em relação à linguagem”, assim, ao trabalhamos sob essa perspectiva na escola, as palavras se materializam, ganham formas, cores, e formas intensamente humanas. O autor continua dizendo “Depois, o letramento feito com textos literários proporciona um modo privilegiado de inserção no mundo da escrita, posto que conduz ao domínio da palavra a partir dela mesma”, sendo assim, o estudante transcende o espaço em só ler o texto literário, ele ocupa um lugar em que as palavras falam de palavras, estas fazem sentido sobre a percepção do mundo.

Mas, quando se utiliza a literatura na escola ela é “escolarizada, didatizada, pedagogizada” (Soares, 1999) para atender a um determinando fim conteudista e escolarizá-la. Para que os livros cheguem de forma massiva as crianças oferecendo todo o seu universo mágico não podemos deixar de evidenciar que é na escola que isso acontece. Infelizmente, muitas crianças só tem acesso a um livro na escola. Não estamos



criticando, como bem discorre Soares, a presença da literatura na escola, mas sim, a forma a que muitas vezes esse material é utilizado.

Ou seja: o que se pode criticar, o que se deve negar não é a escolarização da literatura, mas a inadequada, a errônea, a imprópria escolarização da literatura, que se traduz em sua deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendidas que, ao transformar o literário em escolar, desfigura-o, desvirtua-o, falseia-o. (Soares, 1999. p.6)

Partindo dessa reflexão, o município de Araucária tem em sua Diretriz Municipal, no componente curricular de Língua Portuguesa, a premissa do trabalho com a língua partindo dos gêneros textuais e literários. Assim, “os textos literários no ensino de Língua Portuguesa pensados numa perspectiva dialógica ganham uma dimensão importante, pelo seu valor simbólico, pelo ato criativo e na construção de sentidos”. (ARAUCÁRIA, 2012. p. 231) Desta forma, o letramento literário encontra-se como forma de leitura mesmo para aqueles que não estão alfabetizados.

Como temática para o conteúdo elencado, consideramos de extrema relevância a discussão sobre o antirracismo, pois como diz a frase de Angela Davis: “Não basta não ser racista, sejamos antirracista”. Pode parecer óbvia a citação, mas, infelizmente ainda não vemos de modo esperado a implementação da Lei 10.639/2003 nas unidades educacionais e o trabalho pedagógico esperado a partir desta deixa a desejar. Sobre essas questões trataremos no próximo capítulo.

2.1 ANTIRRACISMO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana as pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo:

A educação das relações étnico/raciais positivas tem como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras. Também farão parte de um processo de reconhecimento, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, possibilitando uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ações afirmativas nos diferentes níveis de ensino da educação brasileira. (Brasil, 2004. p. 16)

Acreditamos que para além da educação para as relações étnico-raciais, uma educação com o enfoque para a luta de classes se faz substancial para que todos pratiquem o antirracismo nas suas práticas



pedagógicas. Igualmente, vislumbramos na Pedagogia Histórico-Crítica a referência pedagógica que subsidia o nosso trabalho, pois como discorre Saviani (2021):

Assim, a dominação, a exploração, a alienação que se plasmavam na Antiguidade sob a relação das classes fundamentais entre senhor e escravo, na Idade Média da nobreza e do clero com servos e escravos, sob o capitalismo efetiva-se na relação capital e trabalho. Vale dizer, proprietários privados de meios e instrumentos de produção e a classe trabalhadora, cuja forma de reproduzir sua vida é a venda de sua força física e intelectual de trabalho. As classes sociais são, portanto, criações históricas dos seres humanos na produção social da sua existência, em que as classes dominantes detêm um poder assimétrico em relação às classes dominadas e, por essa via, buscam manter e ampliar seus privilégios. (Saviani, 2021. p. IX)

Essas relações, percebemos ainda, no que diz respeito ao negro na sociedade. Em uma sociedade como Saviani bem descreve, sempre em classes, o quesito cor também interfere no que tange a dominação. O autor, em conjunto com os autores marxistas que subsidiam seus escritos (Marx, Gramsci, Snyders, Althusser, entre outros) entendem que é na escola que as lutas se evidenciam, mas claro, na escola que interessa a classe trabalhadora, não na escola para a burguesia. O autor ressalta ainda que:

Esse embate no conjunto das relações sociais e no interior da escola na disputa do conhecimento historicamente produzido efetiva-se em condições objetivas e subjetivas dadas, com especificidades, no tempo e no espaço, em cada sociedade. E o conhecimento escolar interessa à luta da classe trabalhadora produz-se dentro da dialética contraditória do velho e do novo. Nesse sentido, a escola pode desenvolver concepções de conhecimento que, em sua vez de desvelar a natureza das relações sociais da sociedade capitalista e seus efeitos nos processos de exploração, alienação e desigualdade social, as mascaram. Concorre, assim, para a manutenção e reprodução de um tempo histórico marcado pela barbárie, no mundo e em especial no Brasil. (Saviani, 2021. p. X)

Relacionamos o exposto a cima com a relação do negro no Brasil, sua história de lutas, reparações históricas, tudo ainda com muito preconceito, desinformação e segregação. Assim, com a implementação da Lei 10.639/03 que veio com o intuito de subsidiar discussões, aprofundar conhecimentos históricos e inserir a população negra como pertencente da história da construção da população brasileira, desta forma, corrigindo injustiças, eliminando discriminações e promovendo a inclusão social e cidadania para todos, não só na escola, mas em toda a sociedade.

Passados vinte anos da promulgação da Lei, infelizmente não vemos com a garantia de direitos necessária a finalidade desta no âmbito da escola. Mesmo com as “Equipes para as Relações Étnico-Raciais – ERER” sendo um pré requisito legal nas instituições de ensino para subsidiar as discussões sobre as atividades sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, muitos professores não englobam a temática nas suas práticas escolares e/ou as fazem de forma pejorativa, prosseguindo com o chamado “Mito da democracia racial” de que todos são iguais e que não há racismo no Brasil.

No mês de fevereiro, na recepção dos docentes de educação infantil, ensino fundamental e professores pedagogos da rede municipal de ensino de Araucária, os integrantes das equipes de ensino, da



Secretaria Municipal de Educação, prepararam oficinas didático-pedagógicas para reflexões e ações sobre a prática educacionais nas unidades, denominadas Vivências Pedagógicas.

A proposta desenvolvida por mim e pela professora Maria de Fátima Borges, consistia em discutir o antirracismo com dados referentes à educação dos anos iniciais, frases que muitos ainda utilizam e que são de cunho racista, tornando essa reflexão uma atividade que poderia ser realizada nas turmas finais da educação infantil (Infantil 4 e 5) e anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Após o choque que as imagens causaram, foram lidas algumas frases que refletiram o mesmo desconforto, pois muitos ainda a utilizavam sem saber, ou sabendo, que exprimiam o racismo estrutural que ainda permeia inúmeras relações da nossa sociedade.

Posteriormente, os professores foram apresentados a questão prática, que era escrever um microconto com a temática antirracista, posto que a teoria literária sobre o gênero foi exposta brevemente e foram lidos microcontos explorando as suas características inicialmente na abertura da referida oficina.

O tema parecia ser complexo, uma vez que dependendo da leitura de mundo que o profissional da educação tem, o retira da sua zona de conforto, pois o tema ainda tem um cunho preconceituoso para alguns que insistem em viver no “Mito da democracia racial”.

Citamos um miniconto realizado pela professora Aline de Oliveira:

Racismo

Estávamos as duas na boutique. A Alba afanou o bracelete. Ao passarmos a porta, logo apitou alto. Meus cabelos pretos encaracolados foram previsivelmente acusados. (Aline de Oliveira)

A luta pela transformação social, principalmente no que se refere a educação, a instituição escolar, não é uma tarefa fácil. Ela permeia relações que vão do macro, ou seja, as leis, decretos e instruções que enquanto grupo pertencente ao âmbito educacional devemos seguir, chegando ao micro, que é o contraponto, a forma como cada indivíduo encara o compromisso político e social da transformação e a oferece ao educando, promovendo uma educação para as relações étnico-raciais reflexiva e principalmente antirracista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Florestan Fernandes (2020) já dizia: “A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada com uma consciência crítica e afirmadora do futuro.” Assim são as relações para a educação étnico-racial. A força da lei ainda está sendo deixada de lado para que as reparações históricas que devem ser concedidas ao povo negro aconteçam.

A pedagogia, na sua essência de sistematização do saber sistematizado, é a que deve subsidiar a



prática pedagógica para que possamos atingir a pedagogia antirracista nas relações escolares. Assim, com veiculação de métodos educacionais que se mantêm continuamente a relação entre educação e sociedade são substanciais para que o antirracismo aconteça na educação.

Devemos pautar o discurso para as relações étnico raciais não somente na perspectiva dos movimentos sociais e dos estudiosos sobre o tema, mas na voz de todos os cidadãos para que a discussão não fique somente no campo político-ideológico, mas principalmente nas atitudes e ações de todos.

Uma pedagogia antirracista, ou melhor, uma pedagogia para a transformação social se constrói a partir da dialética dos conflitos sociais e do momento históricos ao qual estão inseridos, considerando o papel da educação como agente responsável pela promoção e elevação cultural do repertório humano.

Práticas educacionais que promovam a reflexão crítica, a apropriação do conhecimento científico são fundamentais para que o educando atinja níveis mais complexos de aprendizagem e de relações sociais.



REFERÊNCIAS

- ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal de. Diretrizes Municipais de Educação. Araucária – Paraná: Secretaria Municipal de Educação, 2010.
- BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Brasília: Secad, 2004.
- COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo, SP: 2º ed. Contexto, 2014.
- DUARTE, Newton. SAVIANI, Dermeval. Conhecimento escolar e a luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas, SP: 1º ed. Autores Associados, 2021.
- FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2020.
- PINHO, Carolina Santos Barroso de. A Construção de uma pedagogia antirracista como estratégia revolucionária. In: BARREIRO, Alex. *et al.* Pesquisas e pedagogias: educação para as diferenças. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2020.
- SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: 11º ed. rev. Autores Associados, 2013.
- SEABRA, Carlos. A onda dos microcontos. Revista Língua Portuguesa, edição de abril de 2010.
- SOARES, Magda. A escolarização da Literatura Infantil e Juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy et al. (Orgs.). A escolarização da leitura literária: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 17-48.